

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) *(Não auditado)

Balço Patrimonial		2018	2017*	
Ativo/Circulante		2.635	110	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)		1.709	18	
Adiantamentos a fornecedores		380	92	
Despesas antecipadas (Nota 7)		500	-	
Outros ativos		46	-	
Não circulante		9.982	789	
Imobilizado (Nota 8)		9.982	789	
Total do ativo		12.617	899	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)				
	Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º/01/2017 (não auditado)	10	-	(22)	(12)
Prejuízo do exercício	-	-	(823)	(823)
Em 31/12/2017 (não auditado)	10	-	(845)	(835)
Aumento de capital (Nota 11)	3.650	-	-	3.650
AFAC	-	11.022	-	11.022
Prejuízo do exercício	-	-	(2.470)	(2.470)
Em 31/12/2018	3.660	11.022	(3.315)	11.367

Balço Patrimonial		2018	2017*
Passivo/Circulante		1.250	309
Fornecedores (Nota 9)		1.143	259
Salários e encargos sociais		17	-
Obrigações tributárias		90	50
Total do passivo circulante		-	1.425
Não Circulante		-	1.425
Partes relacionadas (Nota 10)		-	1.425
Total do passivo		1.250	1.734
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		11.367	(835)
Capital social (Nota 11)		3.660	10
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 11)		11.022	-
Prejuízos acumulados		(3.315)	(845)
Total do passivo e do patrimônio líquido		12.617	899

Demonstração do Resultado		2018	2017*
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas (Nota 12)		(1.830)	(712)
Prejuízo operacional		(1.830)	(712)
Receitas financeiras (Nota 13)		396	-
Despesas financeiras (Nota 13)		(1.036)	(111)
Despesas financeiras, líquidas		(640)	(111)
Prejuízo do exercício		(2.470)	(823)
Ações no fim do exercício (em milhares)		3.660	10
Prejuízo por ação do capital social no fim do exercício em milhares de Reais		(0,67)	(82,30)
Demonstração do Resultado Abrangente			
Prejuízo do exercício		(2.470)	(823)
Total do resultado abrangente do exercício		(2.470)	(823)

Demonstração dos Fluxos de Caixa		2018	2017*
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do IR e da CS		(2.470)	(823)
Ajustes de: Juros e variações monetárias		614	108
Variações de ativos e passivos			
Adiantamento a fornecedores		(288)	(92)
Despesas antecipadas		(500)	-
Outros ativos		(46)	-
Fornecedores		597	234
Salários e encargos sociais		17	-
Obrigações tributárias		40	48
Caixa aplicado nas operações		(2.036)	(525)
Juros pagos		(176)	(20)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(2.212)	(545)

Fluxos de caixa das atividades de investimentos		2018	2017*
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 8)		(8.906)	(789)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(8.906)	(789)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento		2018	2017*
Aumento de capital		3.650	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		11.022	-
Recursos provenientes de partes relacionadas, líquidos		(1.863)	1.342
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		12.809	1.342
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos		1.691	8
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		18	10
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.709	18

Notas Explicativas da Administração
Seção A - Informações gerais: 1. Contexto operacional: A OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 20/04/2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em 23/08/2017, a Companhia teve a abertura de sua filial no local do Projeto, na Cidade de Casa Nova/BA, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento encontra-se em fase de construção, com previsão de início da fase de testes para novembro de 2019. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	total MW	MWmédio	Início	Término
UFV Oh	Casa					
Sobrado	BA	Nova	30	7,8	01/11/18	31/10/38

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 10/09/2019. **a) Contrato de Energia de Reserva - CER:** A Companhia firmou, em 27/04/2017 um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1/11/2018, ao preço de R\$ 299,95/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. Com o início da fase de testes prevista para novembro de 2019 e posterior entrada em operação de forma evolutiva, a Administração espera, com base no plano de negócios aprovado pelos órgãos de governança, já a partir do próximo exercício, reverter os resultados negativos. As receitas contratuais, liquidadas sempre no mês subsequente ao da geração, fluirão de forma regular para a Companhia, garantindo fluxos de caixa futuros os quais serão alocados na manutenção das suas atividades operacionais, bem como quitação das obrigações de curto prazo. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 17. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º/01/2018: **(a) CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** A Companhia adotou, a partir de 1º/01/2018, o CPC 48 e passou a classificar seus ativos financeiros sob as categorias de mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. No que se refere ao novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, a administração não identificou impactos na mudança de perdas incorridas para perdas esperadas. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(i) Vida útil econômica de ativos não financeiros:** Conforme o OCP 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e as vidas úteis estimadas de cada bem. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** A Companhia tem previsão de iniciar as suas atividades operacionais em fase de teste em novembro de 2019, e a implementação de gestão de riscos será contínua, sempre com o objetivo de auxiliar o acompanhamento e o cumprimento das suas metas, e garantir sua liquidez financeira. Na estrutura de governança, o Diretor da Companhia, o Comitê administrativo e os Controladores acompanharão a execução das operações e definirá em conjunto as metas da Companhia. Segue o mapeamento dos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir: **a. Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos e disponibilidade dos sistemas. Plano de Ação: a construção do empreendimento tem previsão de conclusão no último trimestre de 2019, quando terá início a entrada em operação, para a qual já está contratado os serviços de operação e manutenção, e no respectivo contrato constam as devidas coberturas para eventuais riscos operacionais, e ambientais. Além disto, internamente a Companhia mantém em todos os seus empreendimentos o gerenciamento diário da operação e manutenção dos mesmos. **b. Riscos de mercado:** taxa de câmbio, inflação e taxas de juros. Plano de Ação: na fase atual de construção já estão contratados todos os prestadores de serviços e seguros necessários, sem risco de variação de preço ou correção. **c. Risco de liquidez:** relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras. O cumprimento das obrigações junto aos fornecedores e cliente, possuem garantia ativa, capital próprio já foi 100% aportado, e o financiamento do empreendimento junto ao banco já está em fase de liberação, valor suficiente para quitação de todas as obrigações. Além disto, a Companhia quando da entrada em operação comercial terá receita fixa mensal suficiente para o pagamento de todas as obrigações. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31/12/2018 e 2017:

	Menos de Entre um ano	dois anos	cinco anos	cinco anos
Em 31/12/2018				
Fornecedores	1.143	-	-	-
Em 31/12/2017 (não auditado)				
Fornecedores	259	-	-	-
Partes relacionadas	1.425	-	-	-

d. Risco regulatório: As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **4.2 Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios

de longo prazo. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Em 31/12/2018 e 2017 não houve a emissão de notas promissórias, bem como operações com derivativos. **Estimativa do valor justo:** A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixas e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as eventuais perdas (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. **5. Instrumentos financeiros por categoria:**

	2018	2017*
Ativos		
Ativos ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.709	18
	1.709	18
2018		2017*
Passivos ao custo amortizado		
Fornecedores	1.143	259
Partes relacionadas	-	1.425
	1.143	1.684

O caixa e equivalentes de caixa e as contas a pagar são classificados como ao custo amortizado (2017 - "Empréstimos e recebíveis" e "Outros passivos financeiros", respectivamente). A Nota 2 contém explicações sobre o impacto da alteração na política contábil, após a adoção do CPC 48, em relação à classificação de ativos financeiros. Já a Nota 18, traz informações sobre as novas políticas contábeis aplicáveis. **Políticas contábeis anteriores:** Os investimentos classificados em anos anteriores como empréstimos e recebíveis (e consequentemente mensurados ao custo amortizado) foram reclassificados para ativos financeiros ao custo amortizado na adoção do CPC 48. **6. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2018	2017*
Bancos conta movimento (i)	1.709	18
	1.709	18

(i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta-corrente disponíveis para uso imediato.

	2017	2017*
Despesas antecipadas:		
Custo de transação a apropriar (i)	500	-
	500	-

(i) Refere-se a tarifas bancárias e remuneração de serviços profissionais de terceiros incorridos para viabilização da captação de recursos futuros junto ao Banco do Nordeste (BNB). Enquanto não captados os recursos são mantidos como pagamento antecipado e, quando da liberação do financiamento, serão incorporados ao custo de transação para ajuste na taxa efetiva dos juros. **8. Imobilizado:**

	31/12/2017*	Adições	31/12/2018
Imobilizado em andamento (i)	789	1.674	2.463
Adiantamento a fornecedores (ii)	-	7.519	7.519
	789	9.193	9.982
Saldo contábil, líquido	789	9.193	9.982

(i) Refere-se a pagamentos efetuados aos fornecedores Energia Consultoria (R\$ 620) e Conexxa (R\$ 211) e Thiago Bartolomeu (R\$ 200) relacionados a gastos incorridos com consultoria e assessoria técnica e econômico-financeira relacionados a construção do complexo fotovoltaico. (ii) Adiantamentos efetuados ao fornecedor Weg Equipamentos Elétricos S.A., vinculados às parcelas relacionadas a assinaturas do contrato para fornecimento, projeto, instalação e montagem das Usinas pendentes de faturamento. **9. Fornecedores:**

	2018	2017*
Machado Meyer	589	-
Energia Consultoria	287	-
Mundie Advogados	115	-
Horizonte	109	-
Outros	43	259
	1.143	259

10. Partes relacionadas:

	2018	2017*
Passivo		
Origis Invest Ltd. (i)	-	1.425
	-	1.425

(i) Refere-se a contratos de mútuo firmados com a Origis Invest. Ltda., antiga controladora da OH Sobrado. Os contratos foram firmados ao longo de 2017 e 2018 e possuem vencimento médio de 360 dias, bem como taxa de juros de 9%. Os contratos foram todos liquidados em outubro de 2018 quando houve a venda da Companhia para a HS Solar II Empreendimentos e Participações S.A. **Remuneração dos administradores:** Em 2018 não houve pagamento de remuneração aos sócios e diretores da Companhia. **11. Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 25/10/2018, a Companhia foi 100% adquirida pela HS Solar II Empreendimentos e Participações S.A. Em 31/12/2018, o capital subscrito da Companhia é de R\$ 3.660, totalmente integralizado e dividido em 3.660 mil ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1 cada uma. A composição do capital da Companhia está composta da seguinte forma, em 31/12/2018: **Composição - Participação (%):** HS Solar II Empreendimentos e Participações S.A. - 100. Durante o exercício de 2018, os acionistas efetuaram aportes de capital no montante de R\$ 3.650 conforme quadro abaixo: **Mês - Valor aportado:** 18/10/2018 - 115; 22/10/2018 - 104; 31/10/2018 - 225; 30/11/2018 - 405; 13/12/2018 - 181; 14/12/2018 - 450; 19/12/2018 - 2.170; 3.650. Adicionalmente, no mês de outubro foram efetuados adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 11.022. Esses valores foram integralizados, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/04/2019. **12. Despesas por natureza:**

	2018	2017*
Despesas administrativas (i)	856	-
Serviços de terceiros (ii)	901	712
Despesas tributárias	19	-
Despesas com pessoal	54	-
	1.830	712
(i) Despesas administrativas:		
Refeições e lanches	2	-
Materiais de escritório	1	-
Legais e judiciais	854	-
	857	-
(ii) Serviços de terceiros:		
Honorários de contabilidade	20	-
Serviços prestados pessoa jurídica (a)	881	712
	901	712

(a) Refere-se a serviços relacionados à contratação de advogados e consultoria. **13. Resultado financeiro:**

	2018	2017*
Receitas financeiras: Variação cambial	396	-
	396	-
Despesas financeiras: Variação cambial	(834)	(83)
Juros sobre mútuo	(176)	(20)
Juros diversos	(21)	(5)
Tarifa bancária	(5)	(3)
	(1.036)	(111)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(640)	(111)

14. Compromissos contratados: Em 14/12/2018, a Companhia firmou contrato de captação de recursos junto ao BNB, no montante de R\$ 106.460, para financiamento da construção da usina solar fotovoltaica, à taxa de juros efetiva de 0,147106% ao mês, além do fator de atualização monetária FAM composto pela variação do IPCA. Até 31/12/2018, a Companhia não recebeu nenhum recurso. O principal da dívida será pago em 216 parcelas mensais a partir de 15/01/2021, com vencimento final em 15/12/2038. Durante o

período de carência, fixado em 24 meses, com início em 14/12/2018 e término em 15/12/2010, serão pagos juros em base trimestral. O pagamento de juros terá início em 2019 com a liberação. A Garantia perante o Contrato de Financiamento do BNB é a contratação junto ao Banco Santander do Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças, onde o Santander entra como Fiador da operação, pelo prazo de 2 anos. Após esse prazo a Companhia pode optar por substituir a garantia junto ao BNB e rescindir o Contrato com o Santander. **15. Seguros*:** As coberturas de seguros em 31/12/2018 foram contratadas pela WEG Equipamentos Elétricos, principal contratada da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A., apólice na qual a Companhia está como cosegurada. **Seção D - Políticas contábeis: 16. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **17.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **17.2 Ativos financeiros: 17.2.1 Classificação:** A partir de 1º/01/2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida como a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **17.2.2 Impairment:** A partir de 1º/01/2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. **17.2.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **17.2.4 Políticas contábeis adotadas até 31/12/2017:** Conforme permitido pelas regras de transição do CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º/01/2018, sem a apresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31/12/2017, cujo resumo apresentamos a seguir: **(i) Classificação:** Até 31/12/2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos. **(ii) Reconhecimento e mensuração:** A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do CPC 48. **17.3 Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. A Resolução Normativa nº 474 da ANEEL, de 7/02/2012, e estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2/06/2009. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 474 em vigor desde 7/02/2012. Alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de autorização e, portanto, ao término de 35 anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado. **17.4 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente UGCs. Para fins desse teste, o ágio é alocado para as UGC ou para os grupos de UGC que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Impairment de água reconhecido no resultado do exercício não é revertido.
17.5 Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **17.6 Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando (i) a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não

incluem as perdas operacionais futuras. **17.5 Capital social:** O capital social da Companhia é composto por ações. **18. Novas normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. **(a) IFRS 16/CPC 06 - Leases (Arrendamentos):** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações

de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma poderá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia tem em aberto e ainda está avaliando os possíveis impactos. Esta norma é obrigatória para exercícios iniciados em/ou após 1º/01/2019. A administração pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas). Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Diretoria

Contador: Bruno C. Souza - CRC 1SP 218.205/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores e Acionistas - **OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Valores correspondentes ao exercício anterior:** Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2017, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no

Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife, 10/09/2019. **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - CRC 2SP000160/O-5; Vinicius Ferreira Britto Rêgo - Contador - CRC 1BA024501/O-9.**